

## A EUGENIA ENQUANTO SÍNTESE DA MODERNIDADE: BIOPOLÍTICA, RAÇA E CIÊNCIA

EUGENICS AS A SYNTHESIS OF MODERNITY: BIOPOLITICS, RACE AND SCIENCE

LA EUGENESIA COMO SÍNTESIS DE LA MODERNIDAD: BIOPOLÍTICA, RAZA Y CIENCIA

Fernando Tadeu Germinatti<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo, com algumas modificações e inclusões de novas discussões, é parte de um dos capítulos da minha tese de doutorado, intitulada “Eugenia, saber médico e questões raciais em Santa Catarina: uma análise discursiva do jornal O Estado (1915-1950)”, defendida no ano de 2025, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O artigo aqui desenvolvido, buscou refletir acerca do nascimento da eugenia no século XIX, amparada pelo ímpeto de modernidade. Para tanto, privilegiou-se uma análise biopolítica sobre a categoria raça e o desenvolvimento da ciência na modernidade. Destarte, para a escrita deste texto, a bibliografia do trabalho contou com autores vindos das Ciências Humanas e Sociais (CHS). Para tratar da biopolítica, mobilizou-se Caponi (2009, 2021) e Foucault (1988). Na análise da categoria raça, trabalhou-se com Schwarcz (1993), Skidmore (2012) e Camilloto (2026). Para pensar a eugenia e a modernidade, evocou-se para a discussão Bauman (1999), Souza (2019) e Wegner (2025). Metodologicamente, a pesquisa orientou-se pela metodologia qualitativa. O texto permitiu compreender o desenvolvimento da eugenia na modernidade e seus desdobramentos no Brasil, na América Latina e nos Estados Unidos, bem como os mecanismos que a legitimaram como ciência.

1

**Palavras-chave:** Eugenia. Modernidade. Biopolítica. Ciência. Raça.

**ABSTRACT:** This article, with some modifications and the inclusion of new discussions, is part of one of the chapters of my doctoral thesis, entitled “Eugenics, medical knowledge and racial issues in Santa Catarina: a discursive analysis of the newspaper O Estado (1915-1950)”, defended in 2025 in the Interdisciplinary Postgraduate Program in Human Sciences (PPGICH) at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The article developed here sought to reflect on the birth of eugenics in the 19th century, supported by the impetus of modernity. To this end, a biopolitical analysis of the category of race and the development of science in modernity was privileged. Thus, for the writing of this text, the bibliography of the work included authors from the Human and Social Sciences (HSS). To address biopolitics, Caponi (2009, 2021) and Foucault (1988) were used. In the analysis of the race category, Schwarcz (1993), Skidmore (2012), and Camilloto (2026) were used. To consider eugenics and modernity, Bauman (1999), Souza (2019), and Wegner (2025) were evoked for the discussion. Methodologically, the research was guided by qualitative methodology. The text allowed for an understanding of the development of eugenics in modernity and its unfolding in Brazil, Latin America, and the United States, as well as the mechanisms that legitimized it as a science.

**Keywords:** Eugenics. Modernity. Biopolitics. Science. Race.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Humanas (PPGICH / UFSC).

**RESUMEN:** Este artículo, con algunas modificaciones y la inclusión de nuevos debates, forma parte de uno de los capítulos de mi tesis doctoral, titulada “Eugenesia, conocimiento médico y cuestiones raciales en Santa Catarina: un análisis discursivo del periódico O Estado (1915-1950)”, defendida en 2025 en el Programa Interdisciplinario de Posgrado en Ciencias Humanas (PPGICH) de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). El artículo aquí desarrollado buscaba reflexionar sobre el nacimiento de la eugenesia en el siglo XIX, impulsada por el ímpetu de la modernidad. Para ello, se priorizó un análisis biopolítico de la categoría de raza y el desarrollo de la ciencia en la modernidad. Así, para la redacción de este texto, la bibliografía del trabajo incluyó autores de las Ciencias Humanas y Sociales (CHS). Para abordar la biopolítica, se utilizaron las obras de Caponi (2009, 2021) y Foucault (1988). En el análisis de la categoría racial, se utilizaron los trabajos de Schwarcz (1993), Skidmore (2012) y Camilloto (2026). Para abordar la eugenesia y la modernidad, se citaron a Bauman (1999), Souza (2019) y Wegner (2025). Metodológicamente, la investigación se guió por una metodología cualitativa. El texto permitió comprender el desarrollo de la eugenesia en la modernidad y su manifestación en Brasil, Latinoamérica y Estados Unidos, así como los mecanismos que la legitimaron como ciencia.

**Palabras clave:** Eugenesia. Modernidad. Biopolítica. Ciencia. Raza.

## INTRODUÇÃO

As ideias eugênicas floresceram na Europa do século XIX, no bojo dos processos e das transformações urbanas ocorridas dos impactos da Primeira Revolução Industrial (1760-1850) e da Segunda Revolução Industrial (1850-1945). Desenvolvida pelo britânico Francis Galton (1822-1911) enquanto “ciência da hereditariedade humana”, ele cunhou o termo eugenia na década de 1880. Nesse contexto, a eugenia vinha a orientar e regular a vida, organizando a sociedade em bases científicas (Vallejo, 2022). A propósito, a eugenia assume-se verdadeira filha da modernidade e do espírito racional. No âmago dessa discussão, abre-se espaço aqui para problematização das noções de conhecimento moderno. Os conhecimentos científicos forneceram aos eugenistas o amparo e a autoridade legítima em delimitar os que seriam mais suscetíveis ao dito melhoramento hereditário. Assim, a população torna-se elemento chave e essencial no Estado Moderno, visto que é em nome dela (e sobre ela) que incidem as práticas de dominação, regulação, eliminação e controle.

O conhecimento médico ao lado da eugenia, transformou-se em soberano e inquestionável, ao menos até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), impondo normas e definindo práticas adequadas/inadequadas, sadias/insanas, eugênicas/disgênicas. Grosso modo, a partir desse entendimento, não seria demasiado apontar que em vista de um “projeto eugênico para as nações”, o saber oriundo da medicina invadiu a vida e alterou as práticas e vivências humanas na modernidade, impondo novas. A esse respeito, é possível considerar a presença dos saberes médicos na condução da vida dos sujeitos e do conhecimento médico na vontade de fazer valer uma verdade, quiçá, a verdade predominante da/modernidade.

O objetivo principal da pesquisa é analisar o nascimento da eugenia no século XIX e seu envolvimento com a modernidade. Para a pesquisa, adotou-se a pesquisa bibliográfica. Num viés interdisciplinar, instrumentalizou-se autores das Ciências Humanas e Sociais (CHS). Nessa seara, em *Modernidade e Ambivalência* (1999) o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017) trouxe importantes contribuições ao pensar a modernidade com tempo que reflete “a ordem contra o caos”. Para compreender o surgimento da eugenia na modernidade, chamou-se ao debate Nancy Stepan (2005) e Lilia Schwarcz (1993). No intuito de compreender a ventilação das ideias eugênicas no Brasil e na América Latina, chamou-se ao debate Vanderlei de Souza (2019), Robert Wegner (2025), dentre outros. Nessa direção, o presente artigo encontra-se dividido em duas seções. A primeira destina-se a abordar a ideia de modernidade e modernização no Brasil. A segunda volta-se a análise da eugenia enquanto produto da modernidade.

## 2. RUMO À “MODERNIZAÇÃO NACIONAL”!

É preciso destinar atenção ao Brasil do início do século XX, visto como um país ainda em formação. Vindo de um processo de abolição da escravatura em 1888 e recém republicano, com a proclamação ocorrida em 1889, o país ainda lidava com seus dilemas. Grupos sociais como a população negra, indígenas e sertaneja permaneciam excluídos. A partir da década de 1910, houve a ventilação de um anseio nacionalista na busca em estudar o Brasil e o brasileiro. Desde seu advento no Brasil, a eugenia foi empregada como símbolo de modernidade. Na literatura, autores como Monteiro Lobato (1882-1948) e Adalzir Bittencourt (1904-1976) a operacionalizaram. Neste contexto, a literatura serviu de instrumento para pensar as questões sociais, raciais e a identidade nacional (Souza, 2024). Naquele cenário, Lobato destacou-se ao dar vida ao personagem Jeca Tatu em 1914. Jeca era o espelho do brasileiro mestiço: preguiçoso e degenerado racialmente. Contudo, 4 anos depois, ao ter contato com o movimento sanitário, Lobato apresenta um novo Jeca, não mais preguiçoso por essência, mas por conta das doenças (Wegner, 2025). Em vista disso, ao publicar o livro *O Problema Vital*, Lobato chega ao entendimento de que: “O Jeca não é assim: está assim” (Wegner, 2025).

Para o sociólogo Robert Wegner, a afirmação feita por Lobato “foi uma espécie de pedido de desculpas ao seu personagem (Jeca Tatu)” (Wegner, 2025, p.83). A lição final é que, assim como ocorrera com o Jeca, o brasileiro tinha salvação, e ela encontrava-se na saúde e na educação. À luz dessas reflexões, a intelectualidade nacional colocou-se a refletir sobre os dilemas nacionais. O sertão começou a despertar interesse do movimento sanitário, resultando

nas expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz, empreendida por Arthur Neiva (1880-1943) e Belisário Penna (1868-1939). Das expedições, frutificaram-se partir de 1916 os relatórios publicados por Penna na imprensa, além de seu livro *Saneamento do Brasil*, publicado em 1918. A modernização da nação perpassava pelo enfrentamento de suas “debilidades estruturais”. Isto é, as questões raciais, a criação de uma identidade nacional, a sanitarização das cidades e dos sertões, e a expansão do ensino primário.

É sintomático destacar aqui a vivência dos ares da *Belle Époque* (Bela Época) no Brasil. É comumente considerado que o início da *Belle Époque* efetuiu-se em 1871, momento em que França e Alemanha assinaram o Tratado de Frankfurt<sup>2</sup>. Nessa direção, a França passou a vivenciar transformações culturais, econômicas e políticas. A *Belle Époque* foi vivida com intensidade no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX, delimitada no recorte entre a proclamação da República em 1889 e a Semana de Arte Moderna de 1922. Vista com mais nitidez na capital Rio de Janeiro, a *Belle Époque* traduziu-se num momento de valorização técnico-científica, transformações urbanas e intensa atividade literária e artística.

Em outras palavras, a modernização era pensada e vislumbrada como europeia. Nesse sentido, há durante as primeiras décadas do século XX uma vontade em modernizar o Brasil. Ao localizar a modernidade no Brasil do início do século, vê-se que ela tornou-se sinônimo de civilização (Schwarcz; Starling, 2020). No entanto, é fundamental compreender que a modernização foi confundida, não raramente, com medicalização, sanitarização, eugeniação e branqueamento das nações latino-americanas. Nesse engendramento, a eugenia pode ser concebida como manifestação, sintoma e materialização da modernidade em forma de um conhecimento científico. O avanço do conhecimento científico e médico enquadrava-se como desdobramento do próprio esforço do momento em estabelecer uma modernidade.

Em vista disso, adentrando-se ao século XX, buscou-se criar um Brasil moderno, dotado de orientação científica e médica, projetando a nação do futuro. Não obstante, pois, “a ‘arte’ de agir sobre a ação dos outros, de governar, jamais seria possível, na modernidade, sem essa capacidade de mobilização política do corpo, de sua plasticidade e normalização” (Silva, 2014, p. 903). Na investida na ciência propalada na modernidade, a medicina florescia como seu fruto mais completo, na junção dos saberes e da condução da vida do ser humano sobre si próprio.

Dessa articulação, conforme pontuam Myriam Mitjavila e María Fernanda Vásquez (2020, p. 11): “Grande parte das intervenções médicas estava dirigida ao combate de fatores

---

<sup>2</sup> Válido esclarecer que, assinado em 1871, o Tratado de Frankfurt encerrou a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), disputada pela França contra a Prússia.

considerados criminogênicos, tais como raça, comportamentos sexuais considerados desviantes e os chamados vícios sociais (como o álcool) [...]”. A construção e circulação do conhecimento médico e científico na modernidade integrou-se com a própria essência humana no mundo moderno da busca do racionalismo. Aspecto caro à essa argumentação é o envolver da formulação da ciência e da razão no desdobrar da modernidade. Com efeito, é nesse bojo que “[...] a modernidade trará a dissociação entre universo mítico e universo real, entre alma e corpo” (Scliar, 2005, p. 42).

Diante desse contexto, a vida social voltada ao pensamento racional e científico faz do mundo moderno um mundo voltado aos fatos, às estatísticas, aos experimentos e ao comprovável, levando ao “desencantamento do mundo”. A rigor, conforme indica Bauman (1999, p.48):

A ciência moderna nasceu da esmagadora ambição de conquistar a Natureza e subordiná-la às necessidades humanas. A louvada curiosidade científica que teria levado os cientistas” aonde nenhum homem ousou ir” nunca foi isenta da estimulante visão de controle e a administração, de fazer as coisas melhores do que são (isto é, mais flexíveis, obedientes, desejosas de servir). Com efeito, Natureza acabou por significar algo que deve ser subordinado à vontade e razão humanas – um objeto passivo da ação com um propósito, um objeto em si mesmo desprovido de propósito [...].

Em que pese ao sentido de modernidade encarado por Zygmunt Bauman (1925-2017), é sintomático inferir que trata-se de uma modernidade manifestada na metáfora do “Estado Jardineiro”, utilizada pelo sociólogo para referir-se ao Estado que planeja e organiza a sociedade investindo nas “sementes boas”, eliminando por outra parte as “sementes ruins”. É importante destacar que no Brasil, o desejo de modernização recaiu sobre as cidades, à começar por sua então capital, Rio de Janeiro. Com ruas estreitas de difícil circulação, sem higiene, marcada por doenças e preenchida por cortiços, “o Rio era uma propaganda fraca para um país que desejava unir-se à marcha do Atlântico Norte rumo à modernidade” (Skidmore, 1998, p.110).

O grande modelo de cidade vislumbrado pela elite brasileira era Paris, recém reformada por Georges Eugène Haussmann (1809-1891), o barão Haussmann. Paris transformou-se simbolicamente na capital mundial, exalando mundo afora desejos de modernidade. No processo de racionalidade de reforma e reconstrução de uma cidade voltada à modernidade, a eugenia seria essencial no cálculo político, na elaboração de estatísticas, na vigia e regulação do comportamento da população.

Sintomático lembrar aqui que em Michel Foucault (1926-1984), o poder é exercido e atravessa a teia das relações sociais. Assim, segundo a filósofa Sandra Caponi (2009, p. 532): “Os estudos e as estratégias eugênicas são o que melhor define as características dessa biopolítica da

população [...]”. No quadro das manifestações biopolíticas, a eugenia consolidou-se como o fruto “mais perfeito” dessa biopolítica. Com efeito, “é justamente quando a população se torna objeto de interesse do poder que nasce uma nova forma de governo, de poder-saber sobre as multiplicidades humanas” (Silva, 2014, p.903).

população passa a ser gerida pelo Estado, que disciplina e regula os corpos. Conforme Robert Wegner (2025, p.59-60): “[...] Galton participou do universo da biopolítica e a traduziu num projeto científico. Ao falarmos em eugenia falamos de uma ciência e de uma tecnologia de biopoloder, uma ciência que quer melhorar a população”. Nesse ponto, o biológico reflete no político (Foucault, 1988). A esse respeito, de acordo com a filósofa Sandra Caponi (2021, p.31) “o racismo, com as hierarquias que o evolucionismo social estabeleceu e que foram apropriadas pelos discursos médicos, psiquiátrico e criminológico, permitiu dotar de legitimidade científica e política a esse poder de morte”

### 3. A EUGENIA E A MODERNIDADE

É comumente aceitável considerar que o período histórico da modernidade inicia-se no século XVIII, momento em que “o Estado deixa de ser essencialmente definido pelo território, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade” (Veiga Neto; Lopes, apud Silva, 2014, p. 903). A gestão da população na modernidade acontece com o controle e regulação da vida. Nesse ínterim, a medicina, a urbanidade, a ciência, a estatística, a técnica, são palavras-chave ligadas ao imaginário para compreensão do processo da modernidade. No entanto, de acordo com Deni Rubbo (2009, p.152), “a modernidade anunciaria a quatro ventos as promessas do progresso linear, no entanto, sem mostrar suas realizações efetivamente humanas”. A modernidade transforma-se simultaneamente, assim, em tempo moderno e consciência crítica do moderno (Rubbo, 2009). O desenvolvimento do eugenismo na modernidade encontrou-se balizado por uma orientação racional e científica do mundo. Tratou-se de uma época em que a ciência não apenas era profissão mas espécie de sacerdócio (Schwarcz, 1993). Sob justificativa de orientação da vida humana em bases científicas, pelo pensamento racional, a eugenia que nasce no fim do século XIX, encontra-se abraçada aos argumentos científicos, racionais, estatísticos, alcançando de pronto, espaço de legitimidade como a ciência mais avançada que a modernidade fora capaz de produzir.

É nessa conjuntura que eugenia chega ao Brasil enquanto expressão máxima da ciência e fruto da modernidade. Por conseguinte, a eugenia encontrou campo fértil para florescer, criar raízes e ramificações. Sob esse prisma, deve-se considerar o movimento eugênico como fruto

da própria formação do espírito moderno voltado ao progresso, conhecimento, ciência, e autonomia do ser humano. Souza (2009, p. 47) destaca que quando as discussões a respeito de eugenia foram implementadas no Brasil do início do século XX “falar sobre a eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, termos que constituíam o imaginário nacionalista das elites brasileiras”. É necessário estabelecer um olhar reflexivo e crítico que pense o processo da modernidade como um marco, história de transformações e formações de novos conhecimentos, resultante de novos significados acerca do próprio ser humano e outras tantas (res)significações, mas também de destruição de povos, línguas, culturas, identidades e conhecimentos taxados não modernos, evoluídos ou dignos de sobrevivência.

Com efeito, a eugenia foi uma ciência que se firmou a partir do anseio das elites europeias no processo de modernização (Wegner, 2025). No que tange ao seu desenvolvimento na América Latina, a eugenia frutificou-se com intensidade no Brasil, Argentina, Uruguai e Colômbia. Em específico, no Brasil, a eugenia esteve próxima aos problemas nacionais, o que envolvia a preocupação com a miscigenação racial e com as “questões sociais”, que naquele contexto, abrangiam a pobreza, condições de saúde e saneamento da população, analfabetismo e mortalidade infantil.

Nessa direção, as questões raciais na modernidade também devem ser aqui sublinhadas, posto que o auge do pensamento racista corresponde ao período entre 1880 a 1920 (Skidemore, 2012). Sobressaiu-se a ideia de uma superioridade da Europa e do europeu. Diante desse panorama, condenou-se a mestiçagem racial. A tese do branqueamento encontrou-se aceita pela elite nacional entre 1889 a 1914. Nessa medida, Ludmilla Camilloto (2026, p. 7) infere que “no século XIX, alimentados pelo ideal positivista, investiu-se no estudo da raça a partir de uma perspectiva biológica, oferecendo palco para o surgimento do racismo científico e as teorias de justificação científica”. O racismo científico hierarquizou as raças. Brancos, negros, indígenas e asiáticos, supostamente, encontrar-se-iam em posições hierárquicas diferentes.

Destarte, conforme pontua o sociólogo Robert Wegner (2025, p.23) “na era do imperialismo e do colonialismo se configuraram as teorias raciais que dividiam a espécie humana em grupos e os hierarquizavam”. A propósito, Wegner (2025) sublinha a emergência do pensamento racial intrinsecamente conectado ao imperialismo e às políticas coloniais do século XIX, levando à hierarquização racial entre os povos. De fato, desde o século XVIII discutia-se sobre a origem das raças humanas. Diante dessa consideração, duas teorias merecem ser destacadas: o monogenismo e o poligenismo. Os adeptos do monogenismo advogavam que as raças provinham de uma mesma origem, tal como presente nas escrituras bíblicas.

Para tanto, a miscigenação encontrava maior aceitabilidade dentro da teoria monogenista, desdobrando-se na teoria do branqueamento, inspirando nomes como o jurista Silvio Romero (1851-1914) e o médico carioca João Baptista de Lacerda (1846-1915). Nesse raciocínio, a mistura de raças não causaria a degeneração, visto que uma suposta raça superior prevaleceria sobre a inferior. Por outro lado, a teoria poligenista baseava-se na ideia de que os seres humanos provinham de vários grupos distintos, logo, a mistura racial resultaria sempre em raças degeneradas.

A respeito da degeneração, conforme María Fernanda Vásquez Valencia (2015, p.89) apresenta: “Etimologicamente a palavra *de-generation*, alude a uma diferença negativa, uma perda de qualidade e de valor, em relação com essa linhagem que serve de norma e de padrão de identidade”. Nesse panorama, é importante assinalar que segundo Schwarcz (1993, p.84-85):

A miscigenação transformava-se, desse modo, em um grande divisor entre as concepções monogenistas das escolas etnológicas e as interpretações poligenistas presentes sobretudo na antropologia. Para esta última, era por meio das consequências nefastas advindas da mistura de raças e de um certo “abastardamento dessas populações” que se poderia comprovar a falácia do argumento monogenista. A partir desse balanço nota-se que a percepção da “diferença” é antiga, mas sua “naturalização” é recente. Ou seja, é apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das “diferenças” transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante.

O Brasil passou a ser visto, lido e interpretado pela via da miscigenação racial (Germinatti, 2026). Nesse entendimento, para o historiador Vanderlei Sebastião de Souza (2019, p. 49-50):

A partir da metade do século XIX, muitos cientistas, viajantes e intelectuais estrangeiros, apoiados nas teorias científicas e nos (pre)conceitos raciais, haviam pronunciado diversos veredictos extremamente desfavoráveis ao futuro do Brasil. Escritores como Arthur de Gobineau, Louis Couty e Louis Agassiz – que estiveram no Brasil durante a década de 1860 – além do inglês Thomas Buckle, consideravam o Brasil um território vazio e pernicioso à saúde, enquanto os brasileiros eram vistos como seres assustadoramente feios e degenerados. Para esses viajantes, uma conjunção de fatores climáticos e raciais, sobretudo a ampla miscigenação, era mobilizada para explicar a suposta inferioridade do homem brasileiro e a impossibilidade de o Brasil acessar os valores do mundo civilizado. Essas representações negativas sobre a realidade nacional, quando não influenciaram a opinião dos brasileiros sobre o seu próprio país, ao menos colocaram em dúvida a viabilidade do Brasil no cenário internacional. Mesmo após a implantação do regime republicano, quando algumas vozes se levantaram na luta contra as teorias deterministas, muitos cientistas estrangeiros, ou mesmo parte da elite política e intelectual brasileira, continuavam acreditando na teoria degeneracionista relacionadas ao clima tropical e aos malefícios causados pela miscigenação racial.

De acordo com o pontuado por Souza (2019), a presença de europeus como Arthur de Gobineau, Louis Couty e Louis Agassiz e a leitura que fizeram do Brasil da metade do século XIX como um país em franca degeneração, composta por uma população mestiça, feia, doente e fraca, elevou a preocupação da elite brasileira em criar um “Brasil branco”. Não foram raras

as vezes em que o Brasil encontrou-se comparado aos Estados Unidos. O “problema racial” enfrentado pelos dois países misturavam-se. Contudo, a realidade de ambos diferencia-se na medida em que, como sugeria o médico e antropólogo carioca João Batista de Lacerda (1846-1915), a miscigenação no país norte-americano teria sido baixa, criando uma realidade racial diferente da brasileira.

Importa dizer que, em 1911, Lacerda ocupava a posição de diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ). Naquele momento, na função de “Delegado Oficial do Brasil”, foi convidado a estar no Primeiro Congresso Universal das Raças (*First Universal Races Congress*), realizado em Londres entre 26 a 29 de julho de 1911. Motivados em discutir a questão racial, devido ao intenso contato entre as raças, representantes de mais 50 países da Europa, América do Sul e do Norte, África e Ásia, estiveram no congresso (Souza; Santos, 2012).

Enquanto no país norte-americano o principal líder do movimento eugênico foi o biólogo e eugenista Charles Benedict Davenport (1866-1944), no Brasil o “pai da eugenia” foi o psiquiatra paulista Renato Kehl (1889-1974). Na América Latina, embora possa ser questionado, Stepan (2005) aponta que prevalecera uma “eugenia suave”, ao passo que nos Estados Unidos desenvolveu-se uma eugenia negativa. Isto é, os eugenistas norte-americanos seguiram pela linha mendeliana, levando-os a adotar uma imigração seletiva e restritiva, impedindo que entrassem nos Estados Unidos indivíduos tidos como disgênicos, o que naquela visão racista, incluía em especial, asiáticos e indianos. Naquele contexto, no ano de 1910, nasceu nos Estados Unidos a *Eugenics Record Office-ERO* (Escritório de Registros de Eugenia). Segundo indica Del Cont (2013, p.518):

A criação do ERO envolveu [...] uma complexa conjugação de esforços por parte de Davenport, o que incluía fatores de competência técnica e política para o estabelecimento de um campo de produção de conhecimento científico no que diz respeito ao controle hereditário dos traços comportamentais degenerantes. Com o ERO, Davenport procurou conjugar práticas laboratoriais e estratégia política com o propósito de estabelecer um campo de articulação no qual o conhecimento científico de base e as ações sociopolíticas contribuiriam para consolidar e legitimar a eugenia como um programa de pesquisa científico.

Consoante Del Cont (2013), a *Eugenics Record Office-ERO* (Escritório de Registros de Eugenia) concentrou esforços de Davenport em coleta de dados humanos visando ao melhoramento biológico da raça. Para tanto, é preciso informar que Davenport “[...] organizou um gigantesco arquivo de dados genealógicos que reunia informações sobre características físicas, mentais, comportamentais, além do histórico de doenças das famílias” (Wegner, 2025, p.69). Na verdade, portanto, Davenport compartilhava do entendimento de que, além das

características físicas como a cor dos olhos, características mentais como dons e habilidades profissionais também poderiam ser orientados e controlados pela genética mendeliana (Wegner, 2025).

Por outro lado, acerca da América Latina, a historiadora norte-americana Nancy Stepan (2005) destaca os casos de Brasil, Argentina e México. A propósito, importa perceber a conexão e troca de conhecimentos e saberes dos intelectuais e eugenistas latino-americanos. Em 1918, por liderança de Renato Kehl (1889-1974), nasceu a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), primeira sociedade eugênica da América Latina e do Brasil. Articulando-se com eugenistas de outros países latino-americanos, Kehl manteve correspondência com o argentino Víctor Delfino (1883-1941)<sup>3</sup> e o peruano Carlos Henrique de Paz Soldan (1885-1972), ambos membros da SESP. Nesse contexto, preocupações quanto a saúde pública e raça aproximavam os eugenistas dos países da América Latina (Souza, 2019). Diante disso, notam-se articulações entre os eugenistas latino-americanos a fim de fortificar o pensamento e a prática eugênica na América Latina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, direcionou-se durante o texto um olhar crítico sobre o processo histórico da modernidade. Mediante a racionalidade moderna, a eugenia encontrou espaço em todos os aspectos da vida humana, enquadrando-se como símbolo de modernidade. A construção da modernidade foi calcada sobre o racionalismo, cientificismo, e do conhecimento médico e fez da eugenia seu produto mais bem elaborado. A fotografia do Brasil pós abolição era de uma sociedade altamente hierarquizada pela raça e classe, com massiva presença da população vivendo na área rural e com apenas 2% de eleitores aptos no território nacional. Outrossim, no Brasil das primeiras décadas do século XX, tanto a raça quanto a doença foram mobilizadas pela eugenia num discurso biopolítico, instrumentalizando o poder de incidir sobre a vida social da população, fazendo circular formas médico-discursivas de saber, hierarquizando os corpos em raças e padrões de norma – normalidade.

Dentro dessa fundamentação, o racismo científico buscou justificar a suposta superioridade da raça branca. Nesse contexto, sob desejo de uma modernidade imposta pela elite nacional, discursos de eugenia e de higienismo invadiram o Brasil na promessa de redimir a nação dos seus supostos “males raciais e sociais” e se infiltraram no debate intelectual,

---

<sup>3</sup> Vale acrescentar que, meses após fundação da SESP, Delfino fundou na Argentina a *Sociedad Eugénica Argentina* (Sociedade Eugênica Argentina).

intermediados principalmente, por jornalistas, juristas, médicos e políticos. Diante desse cenário, o discurso técnico-científico, ideias eugênicas, médicas e sanitárias ganharam espaço nas páginas dos jornais diários. Grosso modo, a eugenia permeou o espaço intelectual, atingindo não tão somente a imprensa como a literatura, nas produções de Monteiro Lobato (1882-1948) e Adalzir Bittencourt (1904-1976).

Com efeito, a eugenia mobilizou “corações e mentes” que apregoados pelo desejo de modernidade, a enxergaram como seu produto mais bem acabado. Desdobrando-se em modelos distintos como o neolamarckiano e o mendeliano, o movimento eugênico abraçou amplos aspectos da vida humana. Assim, é possível compreender a eugenia como produto biopolítico que visava o gerenciamento, controle, produção e melhoramento das populações. As ideias eugênicas, portanto, foram efeitos da modernidade.

## AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradeço ao financiamento recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), entre março/2022 a março/2025 (36 meses), por meio da Chamada Pública 48/2021, fundamental para a realização da tese, da qual resultou neste artigo.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CAMILLOTO, Ludmilla Santos de Barros. A CONSTRUÇÃO BRASILEIRA DE RAÇA: UMA CATEGORIA EM DISPUTA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1–21, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i1.23835. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23835>. Acesso em: 21 fev. 2026.

CAPONI, Sandra. Biopolítica, necropolítica e racismo na gestão do covid-19. **Porto das Letras**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 22–43, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11619>. Acesso em: 25 fev. 2026.

CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis: revista de saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, no. 2, 2009, p. 529–549.

DEL CONT, V. O controle de características genéticas humanas através da institucionalização de práticas socioculturais eugênicas. **Scientiae Studia**, v. 11, n. 3, p. 511–530, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Tradução de Maria thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GERMINATTI, Fernando Tadeu. Pensamento social brasileiro, eugenia e questões raciais: entre a nação vivida e a imaginada. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 9, n. 43, p. 39538, 2026. DOI:

10.21680/1982-1662.2026v9n43ID39538. Disponível em:  
<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/39538>. Acesso em: 13 fev. 2026.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala, de José de Souza Martins. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 16, n. 2, p. 151-154, 2009. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2009.74600. Disponível em:  
<https://revistas.usp.br/plural/article/view/74600>. Acesso em: 21 fev. 2026.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte: A gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 368 p.

SCLIAR, Moacyr. **Do mágico ao social: trajetória da saúde pública**. 2ª ed. São Paulo: Senac, 2005.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, p. 900-922, 2014. DOI: 10.21723/riaee.v8i4.5070. Disponível em:  
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em: 24 fev. 2026.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

12

SOUZA, Vanderlei Sebastião. O Brasil da mitologia racial: eugenia, racismo e utopias nacionais no Modernismo brasileiro dos anos 1920. **História (São Paulo)**, v. 43, p. e20230007, 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entre-guerras**, Guarapuava/PR: Editora UNICENTRO, 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 745-760, set. 2012.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia. Raça, Gênero e Nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

VALLEJO, Gustavo. Un humanismo del control social: La utopía de la eugenesia. **El banquete de los dioses**, n.10, p. 238-268, 2022.

VÁSQUEZ-VALENCIA, Maria Fernanda. **Degenerados, Criminosos e alienados: para a história de um conceito de degeneração na Colômbia – 1888-1950**. 2015, 422f. Tese (Doutoramento em filosofia e ciências humanas) – Universidade Federal do Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VÁSQUEZ-VALENCIA, Maria Fernanda; MITJAVILA, Myriam. Apresentação. In: Myriam Mitjavila; María Fernanda Vásquez. (Org.). **Crime, Medicina e Sociedade: perspectivas sócio-históricas**. 1ed. São Paulo: 2020, v. 1, p. 4-7.

WEGNER, Robert. **Eugenia ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025.